

A OBRA “O CAPITAL”, DE MARX, E A REVOLUÇÃO¹

Francisco José Teixeira²
Universidade Regional do Cariri URCA/CE

O Capital: uma filosofia da história?

Para muitos comentadores de Marx, *O Capital* é apreendido como uma narrativa histórica da gênese do capitalismo, que aparece como a última forma antagônica do processo social de produção, cuja dissolução encerra a sucessão de modos de produção que o antecederam, anunciando, assim, o fim da pré-história da humanidade.

Em geral, os intérpretes da produção intelectual de Marx, que advogam essa leitura, apoiam-se na famosa passagem do prefácio de *Para Crítica da Economia Política*, escrita por ele entre agosto de 1858 e janeiro de 1859; um texto composto apenas por dois capítulos (A mercadoria e o Dinheiro), e, que, em *O Capital*, serão melhor desenvolvidos nos capítulos I e III, do Livro I, desta obra³. Esse texto é uma verdadeiro achado para aqueles que julgam que *O Capital* é um tratado histórico-filosófico. Recorrem a uma passagem na qual Marx assevera que,

na produção social da produção da vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram, em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social.

¹ Palestra proferida para o Seminário “GRAMSCI, A REVOLUÇÃO E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI 80 anos de Antonio Gramsci e 100 anos da Revolução Russa”, no dia 31 de Agosto de 2017 na FACED, da Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza-Ce.

² Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA);E-mail: fcoteixeira0205@uol.com.br

³ Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. – São: Abril Cultural, 1985., p. 11: “A obra, cujo volume I entrego ao público, constitui a continuação de meu texto publicado em 1859: *Contribuição à Crítica da Economia Política*”.

Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir entre sempre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção⁴.

Essa contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção tem como desfecho a criação de uma nova forma social de produção mais progressista. Mas isso somente acontece quando a velha sociedade agonizante cria as condições materiais e subjetivas, que irão permitir a sua passagem para uma nova forma social, dentro qual aquela contradição tanto se realiza quanto se resolve.

Eis aí a pedra-de-toque para quem acredita que Marx é um ardoroso defensor de uma filosofia da história. Mais ainda se se considerar o que ele afirma em seguida, quando sustenta que

uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e a novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade se se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera maquis atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir⁵.

Não seria um tanto apressado tomar esse texto para defender a tese de que a História desempenharia em Marx o papel de grande ordenadora do destino dos homens, obrigando-os a cumprir seus desígnios mesmo sem saber que o fazem? Tudo indica que sim. Com efeito, para Marx, a história universal não existiu sempre; a história considerada como história universal é um resultado⁶; resultado do agir dos seres humanos, ainda que constrangidos pelas circunstâncias dadas.

⁴ Marx, Karl. *Para a crítica da economia política*. – São Paulo: Abril Cultural, 1982., p.25/26.

⁵ *Para a crítica da economia política*., p. 26.

⁶ *Para a crítica da economia política*., p. 20.

Em *A Ideologia Alemã* Marx escrevia que

a história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações individuais, cada uma das quais explora os materiais, capitais e forças de produção transmitidas por aquelas que a precederam; quer dizer, que de um lado prossegue em condições completamente distintas da atividade precedente, enquanto de outro lado modifica as circunstâncias anteriores mediante uma atividade totalmente diferente, o que poderia ser distorcido especulativamente, se fosse alegado que a história posterior é a finalidade daquela que a precede, como se disséssemos, por exemplo, que o descobrimento da América teve como finalidade ajudar na expansão da Revolução Francesa, mediante cuja interpretação a história adquire seus fins próprios e independentes e se transforma em uma “pessoa junto a outras pessoas” (junto à “autoconsciência”, à “Crítica”, ao “único” etc.) enquanto o que designamos através de palavras “determinação” (Bestimmung), “fim”, “gérmen”, “ideia” da história anterior não é outra coisa que não uma abstração da história posterior, da influência ativa que a história anterior exerce sobre a que vem depois dela⁷.

Referindo-se a esse trecho da *Ideologia*, Bensaïd comenta:

difícil imaginar secularização mais radical da história, rejeição mais vigorosa de seus “artifícios especulativos” e de suas ilusões retrospectivas! A história presente e vindoura não é a meta da história passada. Banal “sucessão de gerações”, ela não tem mais sentido que a monótona genealogia das baleias (...). Sua crítica inscreve-se nas dores do presente. “Se construir o futuro é traçar planos para a eternidade não é nosso negócio, o que temos de realizar no presente não pode ser mais claro; ou seja, a crítica radical a toda ordem existente”⁸.

Se Marx fosse um adepto da teodiceia hegeliana do Espírito, *O Capital* seria então uma narrativa histórica que descreveria as etapas de uma marcha inexorável que se imporia sobre a humanidade numa sucessão linear e ininterrupta de modos de produção até chegar às portas do paraíso em cujo umbral estaria escrito: comunismo. Longe disso. Suas correspondências com leitores russos de *O Capital* desmentem categoricamente essa visão linear da história. Em 1881, escrevia a Vera Zaslitch. Em carta a ela endereçada, defendia a tese de que, na Rússia,

⁷ Marx, Karl. *A ideologia alemã: Crítica da novíssima filosofia em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1843-1846*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007., p. 70.

⁸ Bensaïd, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 32.

graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode desembaraçar-se gradualmente de seus caracteres primitivos e desenvolver-se diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode apropriar-se de todas as conquistas positivas desta última, sem passar por suas peripécias terríveis⁹.

Bem antes disso, em 1877, em resposta aos comentários feitos por N. K. Mikhailovski ao capítulo XXIX do Livro de *O Capital, A Assim Chamada Acumulação Primitiva*, ele contesta enfaticamente a interpretação que esse autor fez daquele capítulo:

agora, que aplicação à Rússia meu crítico poderia fazer deste esboço histórico? Apenas esta: se a Rússia tende a transformar-se numa nação capitalista, à maneira das nações da Europa Ocidental – e nos últimos anos ele tem-se dado muito mal nesse sentido – não o conseguirá sem antes transformar uma boa parte de seus camponeses em proletários; e então, uma vez introduzida suas leis impiedosas, como ocorreu com outros povos profanos. Isto é tudo. Mas não o é para meu crítico. Ele sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica da marcha geral fatalmente imposta a todos os povos, sejam quais forem as circunstâncias históricas em que se encontram, para chegar, finalmente, a esta formação econômica que assegure, justamente com maior impulso das forças produtivas do trabalho social, o mais completo desenvolvimento do homem. Mas ele que me perdoe: isso, ao mesmo tempo, muito me honra e muito me envergonha [...]. Em diferentes passagens de *O Capital* eu faço alusão ao destino dos plebeus da Antiga Roma. Eram originariamente camponeses livres que cultivavam, cada um por sua conta, suas próprias parcelas de terra. No curso da história romana, eles foram expropriados. O mesmo movimento que os separou de seus meios de produção e de subsistência implicou não somente a formação da grande propriedade fundiária, mas também de grandes capitais monetários. Assim, um belo dia havia, de um lado, homens livres, despojados de tudo, exceto de sua força de trabalho, de outro, para explorar esse trabalho, os detentores de todas as riquezas adquiridas. O que ocorreu?

Os proletários romanos transformaram-se não em trabalhadores assalariados, mas em um *mob* ocioso, mais abjeto que os *poor whites* do sul dos Estados Unidos, e junto a eles não desenvolveu um modo de produção capitalista, mas escravista. Portanto, acontecimentos de uma surpreendente analogia, mas que ocorreram em meios históricos diferentes, levaram a resultados inteiramente distintos. Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e comparando-as em seguida, encontraremos facilmente a chave desse fenômeno, mas nunca chegaríamos a ela com o *passe-portout* de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica¹⁰.

⁹ *Dilemas do Socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982., p. 176.

¹⁰ *Dilemas do Socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos...*, p. 167/68.

Marx não poderia ter sido mais claro. Sua resposta a Mikhailovski joga por terra quaisquer tentativas de tirar da gênese do capitalismo europeu teorias ou fixar leis gerais de evolução das sociedades, já que não existe marcha geral fatalmente imposta a todos os povos, pois alteram-se as circunstâncias históricas, como assim ele mostra no exemplo no caso dos plebeus da Antiga Roma. Ao contrário do que pressuporia a filosofia da história, aqueles não se transformaram em trabalhadores assalariados, em vendedores livres de sua força de trabalho, mas, sim, numa multidão desordenada, num populacho.

Se Marx fosse um adepto de uma concepção de que história é governada por um sujeito absoluto que, de fora dela, imprime-lhe uma ordem e uma sucessão no tempo, nada mais natural, para ele, do que começar a exposição das categorias de *O Capital* partindo da

renda da terra, pela propriedade fundiária, dado que está ligada à terra, fonte de toda a produção e de todo modo de ser, e por ela ligada à primeira forma de produção de qualquer sociedade que atingiu um certo grau de estabilidade – à agricultura¹¹.

“Nada seria mais errado”, brada Marx.

A exposição do sistema categorial de *O Capital*, cuja apresentação, como ele faz questão de acentuar, não é uma reprodução do desenvolvimento dos conceitos tais como apareceram na história. Longe disto. Para ele,

seria (...) impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que tem umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico¹².

Marx não poderia ter sido mais claro. Neste trecho ele não deixa dúvidas. *O Capital* não é a apresentação da sequência em que as categorias foram “historicamente dominantes”. Não é, portanto, a apresentação da história do capitalismo, isto é, como ele surgiu como desfecho de um longo processo de desenvolvimento das forças produtivas, que começa com as formações sociais anteriores menos desenvolvidas até chegar à “moderna sociedade burguesa”, para assim, então, explicar o seu nascimento.

¹¹ Marx, Karl. *Para a crítica da economia política*. – São Paulo: Abril Cultural, 1982., p. 18.

¹² Marx, Karl. *Para a crítica da economia política*. – São Paulo: Abril Cultural, 1982., p. 18.

Para expor as determinações do modo de produção capitalista, Marx não recorre à história, mesmo porque a ordem de exposição das categorias, tais como são expostas em *O Capital*, nada tem a ver com a sucessão em que elas emergiram historicamente. Ao contrário do que se imagina, não é a partir das formas menos desenvolvidas que se compreendem as mais desenvolvidas, mas, sim, é a partir destas últimas que se pode entender as menos desenvolvidas. Afinal, como diz o autor de *O Capital*, “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”¹³.

A chave do conhecimento do tempo presente deve ser buscada em suas entranhas; não escavando o passado. Para desenvolver as leis da economia burguesa, não é necessário escrever a história efetiva das relações de produção. A Observação delas, como acertadamente examina Bensaïd, intercalando trechos dos *Grundrisse*,

conduz “sempre as equações irreduzíveis que remetem a um passado deixado para trás por esse sistema”. Ao mesmo tempo que “a apreensão correta do presente”, essas indicações fornecem “a chave para a compreensão do passado: este é um trabalho à parte que esperamos ter tempo de abordar igualmente. Por outro lado, esse exame segundo uma perspectiva justa conduz também a pontos onde esboça a abolição da configuração atual das relações de produções e portanto o nascimento de um movimento, prefiguração do porvir. Se, de uma parte, as fases pré burguesas aparecem como pressuposições históricas, quer dizer, abolidas e ultrapassadas, as condições atuais da produção aparecerão como condições que estão abolindo a si mesmas e que se colocam por conseguinte como pressupostos históricos de um novo estado se sociedade”¹⁴.

É no presente, portanto, que se deve procurar as chaves que abrem as arcas do passado como as portas do futuro. Daí porque, para Marx, como assim exclama em *18 de Brumário*: a revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro.

À luz desse desfecho, é tempo de se voltar para os “escritos políticos” de Marx e Engels e analisar como eles compreenderam as revoluções de seu tempo e que lições deixaram para se pensar as revoluções do séculos vindouros.

¹³ *Para a crítica da economia política*. – São Paulo: Abril Cultural, 1982., p. 17.

¹⁴ Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)., p. 49.

Lições deixadas pelas revoluções do século XIX

Uma análise rigorosa e precisa de como Marx e Engels enfrentaram, no campo teórico, os acontecimentos históricos que abalaram a Europa durante o século XIX revela que eles se movem num campo dentro qual se pode encontrar elementos e hipóteses em favor da ideia de uma teoria da revolução permanente. Igualmente, encontra-se em suas análises a problemática de como deveriam agir os trabalhadores em momentos históricos que não haviam ainda criados as condições materiais para deslanchar uma revolução proletária. Noutras palavras, uma concepção revolucionária etapista, que exige, primeiro, o desenvolvimento da sociedade burguesa, para só, então, desenvolver novas relações sociais de produção socialista, tal como assim Marx entende a dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção, exposta no texto de 1859, *Para a Crítica da Economia Política*.

A começar por sua concepção de revolução permanente, já em a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*, Marx defende a ideia de que, na Alemanha, somente o proletariado seria capaz de realizar a verdadeira emancipação da sociedade.

surge, então, a questão: pode a Alemanha atingir uma práxis *à la hauteur des principes*, quer dizer, uma revolução que a elevará não só ao nível oficial das nações modernas, mas ao *nível humano*, que será o futuro imediato das referidas nações?

Na Alemanha (...), onde a vida prática é tão pouco intelectual quanto a vida intelectual é prática, nenhuma classe da sociedade civil sente a necessidade ou tem a capacidade de conseguir uma emancipação geral, até que a isso é forçada pela situação *imediate*, pela necessidade *material* e pelos *próprios grilhões*¹⁵.

Em seguida, pergunta: “Onde existe então, na Alemanha, a possibilidade positiva de emancipação?”

Para responder:

Eis a nossa resposta: Na formação de uma classe que tenha *cadeias radicais*, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua carácter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma *reparação particular* porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título *histórico*, mas apenas o título humano: de uma esfera

¹⁵ Crítica da filosofia do direito de Hegel. – São Paulo: Boitempo, 2005., p. 155.

que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas - o que é, em ser uma, a perda total da humanidade, portanto, só pode redimir-se a si mesma por uma *redenção total* do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o *proletariado*¹⁶.

Não se pode esquecer que nesse escrito de juventude Marx ainda fazia da filosofia o elemento ativo no processo de transformação da sociedade. Para ele, “a filosofia é a cabeça desta emancipação e o proletariado é o seu coração. A filosofia não pode realizar-se sem a suprassunção do proletariado, o proletariado não pode supra-sumir-se sem a realização da filosofia”¹⁷.

A partir dos anos cinquenta, não há mais nenhum vestígio dessa passividade do proletariado. No texto em que escreve para o *Comitê Central da Liga*, em parceria com Engels, Marx deposita todas suas perspectivas no proletariado para arrancar a Alemanha das teias do feudalismo e transformá-la numa sociedade socialista. Nessa Mensagem escreve que,

enquanto os pequenos burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível, depois de terem obtido, no máximo os reclamos supramencionados, os novos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanentemente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o Poder do Estado, até que a associação dos proletariados se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletariados desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado. Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la: não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova. Não resta a menor dúvida de que, com o desenvolvimento da revolução, a democracia pequeno-burguesa obterá, na Alemanha, por algum tempo, uma influência predominante. A questão é, pois, saber qual há de ser a atitude do proletariado e particularmente da Liga diante de democracia pequeno-burguesa¹⁸.

No final da Mensagem, Marx exclama, em alto e bom som, que o grito de guerra do proletariado há de ser: viva a revolução permanente!

¹⁶ Crítica da filosofia do direito de Hegel., p. 155/158.

¹⁷ Crítica da filosofia do direito de Hegel., p. 156.

¹⁸ Marx, Karl. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas., in Obras Escolhidas: - São Paulo: Editora Alfa-Omega., Vol. I., p. 86/87.

Literalmente:

...a máxima contribuição para a vitória final será feita pelos próprios operários alemães, tomando consciência dos seus interesses de classe, ocupando o quanto antes uma posição independente de partido e impedindo que as frases hipócritas dos democratas pequeno-burgueses os afastem por um instante sequer da tarefa de organizar com toda independência o partido do proletariado. Seu grito de guerra há de ser: a revolução permanente¹⁹.

Diferentemente da análise que faz dos acontecimentos na Alemanha, no caso a França, as lutas de classes nesse país, no período que de 1848 a 1850, Marx e Engels passam a defender uma concepção etapista de revolução. Essa concepção situa-se no plano exclusivo das forças produtivas e faz do esgotamento das possibilidades do desenvolvimento do capitalismo uma condição indispensável para colocar na ordem do dia a abolição do sistema produtor de mercadorias e sua substituição pela sociedade socialista.

Que o diga Engels, para quem

a história nos desmentiu, bem como a todos que pensavam de maneira análoga. Ela demonstrou claramente que o estado de desenvolvimento econômico no continente ainda estava muito longe do amadurecimento necessário para a supressão da produção capitalista; demonstrou-o pela revolução econômica que, a partir de 1848, apoderou-se de todo o continente e que, na verdade, somente então concedeu cidadania à grande indústria na França, na Áustria, na Hungria e na Polônia e, ultimamente, na Rússia, tornando a Alemanha um país industrial de primeira ordem, tudo isso em bases capitalistas, o que significa que essas bases tinham ainda, em 1848, grande capacidade de expansão. Ora, precisamente esta revolução industrial é que pela primeira vez lançou luz em toda parte sobre as relações de classes, suprimiu grande quantidade de formas intermediárias provenientes do período manufatureiro e, na Europa Ocidental, saídas das próprias corporações, gerando uma verdadeira burguesia e um verdadeiro proletariado da grande indústria e empurrando-os para o primeiro plano de desenvolvimento social²⁰.

Vinte anos depois dos acontecimentos de 1848-50, Engels reconhece, agora, que a classe operária ainda não estava pronta para desencadear um processo revolucionário vitorioso. Que o diga Engels, para quem, “pôde-se então ver, mais uma vez, como esse poder da classe

¹⁹ Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas., p. 92.

²⁰ Marx, Karl. As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850 (Introdução de Engels), in Obras Escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Omega. Vol. I., p. 99.

operária ainda era impossível(...). O premio da vitória de 1871 revelou-se então estéril como o golpe de 1848²¹.

E não poderia ser diferente, comenta Engels.

os membros da Comuna dividiam-se em uma maioria de blanquistas, que haviam predominado também no Comitê Central da Guarda Nacional, e uma minoria composta por membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, entre os quais prevaleciam os adeptos da escola socialista de Proudhon. Naquela época, os blanquistas, em seu conjunto, eram socialistas só por instinto revolucionário e proletário; somente um reduzido número dentre eles alcançara uma maior clareza de princípios, graças a Vallant, que conhecia o socialismo científico alemão. Eis porque a Comuna deixou de realizar, no terreno econômico, coisas que, do nosso ponto de vista atual, devia ter feito. O mais difícil de compreender, sem dúvida, o sagrado temor com que aqueles homens se detiveram respeitosa e nos portões do Banco da França. Foi esse, além do mais, um grave erro político. Nas mãos da Comuna, o Banco da França teria valido mais do que 10 mil reféns. Teria significado a pressão de toda a burguesia francesa sobre o governo de Versalhes para que negociasse a paz com a Comuna²².

As circunstâncias históricas ajudam a explicar melhor as razões do fracasso da Comuna. Arrighi é da opinião de que

o proletariado tentou uma revolução política não por causa de uma contradição crescente entre a exploração cada vez maior e seu poder cada vez mais nos processos produtivos, mas porque o Estado burguês havia se mostrado incompetente em “proteger” a sociedade francesa em geral, e o proletariado parisiense em particular, de ou contra um outro Estado²³.

Mais do que isso,

poder-se-ia argumentar que a derrota na guerra foi somente o detonador de contradições estruturais que eram a causa real, isto é, mais profunda, da explosão. Certamente, é verdade que, nos lugares onde as contradições estruturais se desenvolveram mais (na Inglaterra ao longo de todo o período em exame, nos Estados Unidos a partir do final da década de 1870), o nível de conflito de classe direto entre capital e trabalho (medido, por exemplo, através de atividades grevistas) foi realmente muito maior do que em qualquer outra parte. ⁸ O problema, entretanto, é que a insatisfação dos trabalhadores formar em revolução política. Se o proletariado industrial britânico (de longe o mais desenvolvido enquanto uma classe em si mesma, e o mais inclinado a atividades grevistas, por volta de 1871) tivesse tido a menor propensão nessa direção, seus representantes na Primeira Internacional teriam tomado uma

²¹ As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850 (Introdução de Engels), p. 101.

²² Engels, A Guerra Civil na França (prefácio), in Obras Escolhidas., Vol. II., p. 48.

²³ Arrighi, Giovanni. A Ilusão do desenvolvimento. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997., p. 306/307.

atitude mais positiva em relação à Comuna de Paris do que realmente fizeram. Sua atitude negativa foi de fato sintomática de um grande problema no esquema Marxismo e, provavelmente, foi responsável por levar Marx a abandonar seu envolvimento ativo na política operária²⁴.

Marx afasta-se da atividade política, no entanto deixa um legado teórico incomparável, uma crítica da Economia Política e da sociedade capitalista, sem o qual a crítica das armas não pode prescindir. Desse legado, *O Capital* é de longe a principal obra. Seu diagnóstico da sociedade capitalista demonstra tratar-se de um mundo no qual o homem é transformado em mero suporte de relações sociais de produção, que independem de sua vontade; um mundo estruturalmente imoral, na medida em que a liberdade de que gozam os indivíduos nada mais é do que a de vender sua força de trabalho ou perecer de fome; um mundo no qual a igualdade não é mais do que uma mera aparência, uma ilusão partilhada por todos, na medida em que cada um se vê como portador de valores de troca. Um mundo onde o fetiche do dinheiro, do Estado, da ciência, da arte “erguem-se em sua imobilidade de pedra, como as estátuas da Ilha da Páscoa. Onde os seres andam sobre a cabeça. Onde o Sr. Capital e Sra. Terra, personagens sociais e simples coisas ao mesmo tempo, dançam fantásticamente sua ronda macabra. Os agentes de produção sentem-se em casa nas formas ilusórias onde se movem todos os dias. É o reino da personificação das coisas e da coisificação das pessoas”.

É para essa obra que agora se volta a atenção, para nela buscar as condições em que a Revolução se apresenta como resoluções de todas as contradições da sociedade burguesa. Não se trata de transformar *O Capital* num tratado de ação política, mas nele encontrar o lugar onde armas da crítica não pode mais prescindir da crítica das armas.

O Capital e a Revolução²⁵.

No posfácio da Segunda Edição de *O Capital*, Marx comentando o método dialético de exposição das determinações do capital, esclarece que em seu método a dialética

é um incômodo e um horror para a burguesia e para os porta-vozes doutrinários, porque no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desapareição inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do

²⁴ A Ilusão do desenvolvimento., p. 307.

²⁵ A partir daqui, o que se segue foi retirado, com algumas modificações, do meu livro, escrito em parceria com o amigo Celso Frederico, Marx no Século XXI, publicado pela Editora Cortez, 2008.

movimento, portanto, também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionário²⁶.

O Capital é, portanto, uma teoria crítico-revolucionária e, como tal não quer apenas compreender a realidade da sociedade burguesa, quer, isso, sim, submetê-la a uma crítica impiedosa até o ponto em que “as armas da crítica” não podem mais prescindir da “crítica das armas”; até o ponto em que teoria abre espaço para deixar que a revolução se encarregue do resto.

Mas um discurso dialético não é uma apresentação de um amontoado de conceitos, mas, sim, uma dedução em que cada categoria é deduzida da precedente até esgotar toda insuficiência da sequencia lógica, para enfim chegar a uma totalidade rica de determinações; síntese de múltiplas determinações. Num discurso assim, é preciso encontrar o lugar em que se põe a necessidade da revolução, uma vez que a crítica não pode fazer melhor que desmistificar os enganos e ilusões que governam a práxis utilitária de todos os dias dos indivíduos.

O resto se dá na luta.

Onde então se coloca, na apresentação de *O Capital* o lugar no qual se impõe a revolução como necessidade? - Na seção IV do Livro I, que traz como título A Produção da Mais-Valia Relativa. Nos capítulos XI, XII e XIII, Marx investiga o processo pelo qual o capital se faz sujeito da produção até se transformar na força social que tudo domina na sociedade. Nesse processo, o capital precisa revolucionar a base técnico-material da produção para adequá-la às suas exigências de valorização. Em consequência, surge uma série de formas de produção de mercadorias, que vão desde a cooperação simples, passando pela manufatura até chegar a grande indústria. Cada uma delas corresponde a um estágio histórico específico do desenvolvimento do capitalismo.

Mas atenção, mesmo que se trate de formas históricas de produção da mais-valia relativa, elas expressam, antes de mais nada, a necessidade imanente do capital, isto é: de transformar a produção da riqueza cada vez mais independente do tempo de trabalho empregado em sua produção. É essa necessidade que rege a passagem de uma forma de produção de mercadoria para outra, mais avançada e adequada às exigências da valorização do valor. Nesse sentido, é um único e mesmo princípio que governa a organização do processo de produção, ainda que se manifeste de modo diferente em cada uma dessas formas de produção de

²⁶ O Capital: Crítica da Economia Política., p. 21.

de produção de mercadoria. Com efeito, se na cooperação simples o processo de trabalho tinha como unidade a cooperação de vários trabalhadores, cada um responsável por uma ocupação específica, na grande Indústria, a divisão técnica do trabalho reaparece como cooperação de várias máquinas. Marx ilustra essa reestruturação da divisão do trabalho, quando investiga a produção de envelopes na manufatura, que sucede à cooperação simples.

Naquela, cada trabalhador executava uma única e mesma operação, o tempo todo: um dobrava o papel, outro colava, um terceiro dobrava a aba do envelope, e assim numa sucessão de várias outras ocupações até que todo o processo se completasse. A grande indústria opera uma mudança radical na organização do trabalho. Nela, a cooperação simples e a manufatura reaparecem como conglomerados de máquinas, que passam a desempenhar as funções que antes cabiam a cada um dos diferentes trabalhadores.

Mais avançada do que a cooperação simples, a manufatura proporciona maiores ganhos de produtividade para o capital, graças à intensificação do trabalho e à simplificação e melhoria dos instrumentos de produção, agora mais adequados e melhor adaptados às funções de cada trabalhador particular. Apesar de todo esse avanço, a unidade do processo de trabalho continua dependendo da habilidade e destreza do trabalhador, como o era antes, isto é: na cooperação simples. Essa unidade perde sua base subjetiva com o advento da grande indústria. Nela, tem lugar uma completa “dessubjetivação” do processo de trabalho, isto é: sua transformação num verdadeiro processo de produção, no sentido de que, doravante, sua unidade repousa na aplicação técnica da mecânica, química, etc.

Não sem razão, a grande indústria configura-se, por excelência, como a forma de produção de mercadorias mais adequada às exigências de valorização do capital. Nela, o capital torna-se sujeito do processo de valorização, porque, doravante, são os meios de produção que empregam o trabalhador e não o contrário, como ocorria na cooperação simples e na manufatura. Diferentemente da grande indústria, na qual o processo de produção é operado por um esqueleto mecânico, na manufatura e na cooperação simples, a produção de mercadorias dependia da capacidade e destreza dos trabalhadores. Por isso, o capital tinha de lutar constantemente contra a insubordinação dos trabalhadores. Além disso, o mercado era extremamente limitado, pois, como deixam transparecer as análises de Marx, a reprodução do capital era intermitente. Em geral, cada capitalista só poderia começar o processo de produção depois de adiantar seu próprio dinheiro para comprar os materiais e a força de trabalho. Produzidas as mercadorias, levava-as ao mercado para vendê-las. Caso fosse bem sucedido, poderia reembolsar o seu capital, acrescido do lucro, para recomençar de novo um outro ciclo

de produção. Cada capitalista, considerado individualmente, era obrigado, portanto, a desempenhar as funções de banqueiro, industrial e de comerciante. De um ponto de vista mais abstrato, cada capital era a um só tempo capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria.

A grande Indústria desfaz essa unidade imediata das funções do capital. Essas diferentes funções se autonomizam e se constituem como ramos específicos da economia, que passam a funcionar como mercados uns para os outros. Com efeito, ao generalizar a produção de valores de troca, a grande indústria transforma os meios de subsistência em mercadorias, criando, assim, um grande mercado para aqueles capitalistas que produzem mercadorias que entram no consumo pessoal do trabalhador. Quanto maior é o volume capital variável adiantado para a compra da força de trabalho, maior será, portanto, esse mercado. E o que é mais importante: porque os bens de consumo da classe trabalhadora são produzidos como capital-mercadoria, a classe trabalhadora vê-se obrigada a vender recorrentemente sua força de trabalho, tornando-se, assim, dependente do movimento de valorização do capital.

Mas a extensão do mercado da grande indústria não depende unicamente da capacidade do poder de compra da classe trabalhadora. As trocas realizadas pelos capitalistas na aquisição de máquinas, equipamentos, instalações, matérias-primas etc. criam um mercado bem maior e mais dinâmico do que aquele formado pelos salários. Diferentemente do mercado criado pela massa salarial, cuja dimensão é proporcional ao volume do capital variável adiantado, o mercado intercapitalista depende dele mesmo, pois seu tamanho e dinâmica são determinados pelos gastos que as empresas decidem realizar. Quanto mais gastam, mais mercados criam para suas mercadorias. Nesse sentido, é a classe capitalista que decide, com seus gastos, o montante de lucro que deve ganhar.

A grande indústria superou as limitações e contradições das formas pretéritas de produção de mercadorias. Como forma mais desenvolvida e adequada às exigências de valorização do valor, a grande indústria abre duas possibilidades sobre o destino do capital:

(1) a luta de classes poderia levar a sua destruição e, conseqüentemente, sua substituição por uma forma socialista de produção; ou então, (2) sua superação por uma forma superior de produção de mercadorias, bem mais apropriada ao desenvolvimento das contradições do capital.

Dessas duas alternativas a que se impôs foi a segunda. Surgiu uma nova forma de produção de mercadorias, que realiza sob novas condições as contradições da grande indústria. Com sua emergência, abre-se uma nova era de domínio do capital, na qual a sociedade mesma se transforma numa grande “fábrica sem muros”..

A superação da grande indústria por uma nova forma de produção de mercadorias mais adequada às exigências de valorização do valor pode ser pensada a partir dos **Grundrisse**, no qual Marx investiga as profundas transformações por que deveria passar o processo de produção da riqueza social, na medida em que se desenvolvesse o sistema. Certamente, quem conhece esse texto sabe que suas prospecções não sugerem que tais mudanças resultariam no aparecimento de uma nova forma de produção de mercadorias. Pelo contrário, Marx fala de modificações que deveriam ocorrer no interior da grande indústria.

Como o capital é a contradição em processo, é-lhe inerente a força que o leva a pôr e repor, de forma renovada, as condições sociais e materiais de sua valorização. Esse impulso imanente o leva a superar a cooperação simples, forma menos desenvolvida de produção de mercadorias, substituindo-a pela manufatura e esta pela grande indústria. É nesta forma de produção de mercadorias que o processo de trabalho se transforma em processo de produção, no sentido de que o trabalho deixa de ser sua unidade dominante, isto é: a produção dos valores de troca não depende mais da destreza e habilidade do trabalhador, como acontecia nas formas que a antecederam. Noutras palavras, a grande indústria supera as limitações físicas do trabalhador como instrumento de produção. Afinal, o homem, segundo Marx, por sua própria natureza, é incapaz de realizar movimentos uniformes e contínuos tão perfeitos quantos os que a máquina pode fazer.

Porém, à medida que a grande indústria se desenvolve, o processo de produção deve-se tornar cada vez

menos dependente do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregados, do que do poder dos agentes [materiais] que são postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que, por sua vez (...), não guarda mais nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção (...)²⁷.

Nesse contexto, como acentua Marx em seguida, a produção da riqueza dependeria, antes,

²⁷ Marx, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política: borrador 1857-1858. México: Siglo Veintiuno, 1987., Vol. II. p. 227-28.

do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação da ciência à produção (...). A riqueza efetiva se manifesta – e isto a grande indústria revela – numa enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre o trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poder do processo de produção que ele [trabalho] vigia (...)”²⁸ .

Conclusão: o trabalho seria expulso do processo de produção. Que o diga Marx, para quem, com o crescimento gigantesco da desproporção entre tempo de trabalho e seu produto, “o trabalho não aparece mais até o ponto estar incluído no processo de produção, mas o homem se comporta como supervisor e regulador do processo de produção (...)”²⁹ .

Marx vai mais longe ainda. Com a libertação do trabalhador da condição de apêndice da máquina e sua transformação em “sujeito” do processo de produção da riqueza, estariam postas as condições materiais para a implosão do sistema. Condições criadas pelo próprio capital, cuja necessidade imanente de valorização tende a

reduzir o tempo de trabalho ao mínimo, enquanto põe, por outro lado, o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza. Diminui, assim, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de tempo excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição – questão de vida ou morte - para o trabalho necessário. Por um lado, conjura todos os poderes da ciência e da natureza, bem como os da cooperação e do intercâmbio social, para fazer com que a criação da riqueza se torne (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, quer medir essas forças sociais gigantescas, assim criadas, pelo tempo de trabalho, e as conter nos limites exigíveis, para que o valor criado se conserve como valor. Para o capital, as forças produtivas e as relações sociais (...) aparecem apenas como meios, e para ele só são meios para produzir a partir de sua base limitada. Na realidade, constituem as condições materiais para fazê-lo explodir³⁰ .

Nesse contexto, pode-se afirmar que o processo de produção não precisa mais de nenhum trabalho vivo para ser vivificado? Claro que não. O capital não pode libertar-se dos limites impostos pela valorização do valor, ou seja: a economia de trabalho vivo não pode ser menor do que os gastos adicionais com capital constante. Acontece que, hoje, o capital opera próximo a esse limite, como evitar que sua avidez por mais-trabalho não o leve a ultrapassar esse ponto crítico? A saída clássica seria provocar uma desvalorização massiva dos capitais menos competitivos, de modo a recriar as condições necessárias para a retomada de um novo

²⁸ Elementos fundamentales para la crítica de la economía política: borrador 1857-1858., V.II., p. 228.

²⁹ Elementos fundamentales para la crítica de la economía política: borrador 1857-1858., Vol. II., p. 228.

³⁰ Elementos fundamentales para la crítica de la economía política: borrador 1857-1858., Vol. II., p. 229.

ciclo de acumulação, compatível com a taxa médias de lucro. Tal expediente, entretanto, não é mais funcional . No mundo contemporâneo, a intervenção estatal tornou-se estruturalmente imprescindível para a reprodução do sistema , de tal sorte que o Estado, por conta de pressões políticas, não permitiria uma falência generalizada dos “capitais podres”. Se as crises capitalistas já não mais cumprem a sua função tradicional, tampouco seria pensável uma intelectualização da totalidade da produção social, pois, neste caso, não haveria mais como extorquir a mais-valia do trabalho produtivo.

Nessas condições, o capital não tem outra saída senão a de abrir um novo período de sucessão das formas do sistema para além da grande indústria. Noutras palavras, precisa criar uma nova forma de produção de mercadorias, para evitar que a substituição de trabalho vivo por trabalho morto rompa com os limites da valorização do valor. Nesse sentido, essa nova forma de produção de mercadorias, diferentemente das anteriores, não nasce para descerrar novas fronteiras para o desenvolvimento de um novo e longo ciclo de inovações tecnológicas, tal como assim o foi na grande indústria. Pelo contrário, ela surge para acomodar o desenvolvimento das forças produtivas, realizado por aquela forma, com as relações capitalistas de produção; sua função, portanto, é a de impedir um colapso do sistema. Se se pode falar assim, nasce para inaugurar um período de acumulação de capital em que não há mais desenvolvimento, isto é: expansão do emprego, criação de mercados até, então, inexistentes, incorporação de novas áreas geográficas ao mercado capitalista, etc. Tudo isso já foi desenvolvido pela grande indústria.

Essa peculiaridade faz essa forma de produção de mercadorias, aqui denominada de cooperação complexa, menos progressiva do que a grande indústria. E não poderia ser diferente, porque opera na fronteira em que a substituição do trabalho vivo por trabalho morto se aproxima do seu limite. Conseqüentemente, para aumentar a produtividade do trabalho, o capital é obrigado, agora, não só levar às últimas conseqüências a intensificação do trabalho, como também reduzir os gastos com trabalho improdutivo, trabalho que não agrega valor. Para tanto, o capital passou a reagrupar numa única unidade de produção as diferentes fases do ciclo de acumulação, antes separadas espacial e temporalmente pela divisão social do trabalho. Nesse novo contexto, cada unidade de produção opera, simultaneamente, em toda cadeia do valor, isto é, distribui suas massas de capital por todas as fases do processo de produção do valor. Vale dizer: cada unidade de produção realiza o que era próprio do movimento social (global) do capital, na medida em que cada forma de existência do capital é, agora, partição de um mesmo capital individual, que se divide, sem perder sua unidade, em capital-dinheiro, capital produtivo

e capital-mercadoria. Nesse sentido, a cooperação complexa apresenta-se como uma forma de produção de mercadorias radicalmente diferente da grande indústria, na qual o capital-dinheiro era um negócio particular dos bancos; o capital produtivo, dos industriais, e o capital-mercadoria, dos comerciantes.

Recorde-se que, na cooperação simples e na manufatura, as formas de existência do capital [capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria] formavam um todo homogêneo e indiferenciado; vale dizer: cada capitalista era, a um só tempo, financiador, comerciante e produtor. Com o advento da grande indústria, aquela unidade é quebrada e, assim, seus diferentes momentos são autonomizados e ossificados como ramos particulares de produção de mercadorias: comércio, indústria, serviços e bancos. O que era uno multiplica-se, divide-se em muitos outros uns; se se preferir, as formas de existência do capital são petrificadas pela divisão do trabalho e transformadas em atividades concretas, com existências autônomas e separadas umas das outras. Nessas condições, a unidade imediata das diferentes formas de existência do capital torna-se mediata; isto é, só pode ser apreendida no movimento de socialização dos capitais; ou seja, como totalidade, que não se manifesta de forma direta e imediatamente.

Essa multiplicidade das formas de existência do capital deixa de ser funcional no capitalismo contemporâneo. Para economizar trabalho improdutivo, o capital repõe aquela unidade imediata, que era própria da cooperação simples e da manufatura. Noutros termos, o capital passa a reunificar numa mesma unidade de produção o que fora separado pela divisão do trabalho e petrificado numa atividade particular. Vale dizer: uma mesma empresa opera em todos os ramos de produção a um só tempo, o que lhe permite evitar que seus concorrentes se apropriem de parte do valor por ela produzido. Assim, cada empresa realiza, em sua experiência concreta, o que expressa o conceito de capital industrial; ou seja: cada empresa passa a existir como encarnação individual de todas as formas de existência de capital: capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria.

É nesse sentido que se define a cooperação complexa como forma limite do capital. Nela, tudo indica que o capital atingiu o ápice do seu desenvolvimento histórico. Diferentemente da grande indústria, em que a unidade das formas de existência do capital só podia ser apreendida teoricamente, hoje, torna-se imediatamente manifesta. Cada capital, em sua existência imediata, é, a um só tempo, capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria.

Nesse estágio de desenvolvimento do capitalismo não há mais lugar para reformas. À classe trabalhadora resta uma única saída: Revolução ou Revolução!

Recebido em 10 de setembro de 2018

Aprovado em 28 de setembro de 2018

Editado em 22 de dezembro de 2018